

# O IMAGÉTICO DO PODER: LUZES E SOMBRAS NO UNIVERSO DA POLÍTICA

IVALDO SINTONI

**Abstract:** In a world marked by the foremost role of reason, we tend to disregard the imaginary, and the myths that derive from it, as a constituent element both of theory and praxis of power. In the Occident, the latest centuries have seen manifestations of mythical nature, which have always been imbricated in the disturbances of political character. Violence, in its several connotations, has been frequently exercised in the scenery where the political plot takes place, casting shadows on its bright side.

No final deste século, o mundo conheceu nas mais diversas áreas do conhecimento, fundamentalmente nas ciências humanas, o desmonte dos projetos que buscavam dar sentido à complexidade da realidade humana. Essa assertiva pode ser verificada no terreno da política, onde os referenciais ideológicos que pautaram os enfrentamentos vivenciados pelas sociedades contemporâneas perderam o seu significado.

A derrocada do socialismo, que esteve presente em quase metade do planeta, se opondo ao capitalismo, deixou na orfandade aqueles que sempre propugnaram por uma sociedade mais justa, mais igualitária, onde a liberação humana poderia estar sendo concretizada sem os entraves de mecanismos que impediriam, à esquerda e à direita, os ideais de “liberdade”, “governo do povo” e “igualdade”. O sinal mais visível do fim da ordem mundial bipolar são as várias guerras civis declaradas atualmente em curso em todo o mundo, tornando-se difícil “precisar seu número, já que o caos não se deixa quantificar.”<sup>1</sup>

---

Evaldo Sintoni é professor de Ciência Política na Universidade Estadual de São Paulo (Campus Araraquara).

1. Enzensberger, Hans Magnus. *Guerra civil*. S. Paulo, Companhia das Letras, 1995, pág. 11.

Assistimos ao triunfo do liberal-capitalismo, em suas diversas configurações, dominando quase a totalidade do planeta. Na realidade, todos os regimes parecem dele se utilizar ou aparentam fazê-lo. Saudando ou lamentando essa situação, em que uma visão de mundo sobrepujou a outra, muito tem sido escrito, debatido e alardeado através dos meios contemporâneos de comunicação. Mas, ali onde o capitalismo se mostra triunfante e imbatível, já podem ser vislumbrados os germes que paulatinamente o estão solapando. O seu inimigo não foi criado externamente, mas é internamente que ele aflora, uma vez que demonstra ser uma visão de mundo sem coloração, sem um adversário palpável ideologicamente capaz de combatê-lo e a partir do qual identificar-se.

Essa afirmação torna-se mais verdadeira quando sabemos que o capitalismo não apresenta soluções para o problema da fome, da miséria, das injustiças, da violência que afetam mais de um terço dos habitantes da Terra. Absolutamente, o mercado, o novo *deus ex-machina* dos que festejam a “nova sociedade” por ele criada não é, e nem será, a solução para que o desenvolvimento histórico possa generosamente possibilitar a liberdade dos homens sem a violência e o terror de totalitarismos políticos, nacionalistas e religiosos; a igualdade não será conseguida enquanto existir o fosso que cada vez mais separa ricos de pobres. Olhando para todos os lados, e por mais que procuremos, o governo do povo tornou-se uma figura de retórica. As sociedades estão cada vez mais dominadas por tecnocratas e especialistas de diversas colorações. A criação e o desenvolvimento de uma máquina tecnoburocrática tornou-se um dos maiores entraves para o desenvolvimento da democracia, mormente nos países caudatários dos centros reitores do capitalismo.<sup>2</sup>

Toda essa problemática, que circunscreve a política, está presente nas sociedades, para nos restringirmos apenas às ocidentais, desde a Grécia Antiga. A partir de então, foi sendo desenvolvido um imaginário social que no decorrer de séculos foi sendo transformado, na medida em que convicções do passado foram sendo sobrepujadas pelas convicções do presente. Nesse universo imagético sempre estiveram presentes os mitos, os sonhos, as imagens, as fabulações, os ícones, as metáforas, enfim todo esse conjunto de elementos que constituíram um universo simbólico.

---

2. Ver Moena, Sérgio González. “A complexidade da política e a política da complexidade”. In: Castro, Gustavo de, Carvalho, Edgard de Assis, Almeida, Maria da Conceição de. *Ensaio de Complexidade*. Porto Alegre, Sulina/EDUFRN, 1997.

Mas, durante muito tempo, o imaginário foi olhado com desconfiança por aqueles que não atribuem a essa concepção o estatuto e a estatura de ciência. Alguns críticos chegam a afirmar que o imaginário não é construído com os artefatos da razão, por entenderem que sua argamassa seria constituída com o exacerbamento da subjetividade. Ele seria, assim, a expressão da imaginação apaixonada que tende a encobrir a “verdade e a dinâmica processual dos fatos”<sup>3</sup> com o véu inconsútil da fantasia. Dela emergiriam símbolos, mitos, imagens, representações que desfocariam o real e conduziriam seus intérpretes, inexoravelmente, pelos caminhos erráticos e obscuros da desrazão.

A marginalização dessa produção, por parte dos defensores da razão, ou a simples recusa em dar-lhe crédito, e reconhecer que ela poderia estar minimamente contribuindo para o conhecimento de uma especificidade, impede uma contribuição mais acurada da realidade social, deixando de considerar elementos férteis para a melhor compreensão, por exemplo, das ordenações sócio-políticas autoritárias que vigoraram na América do Sul, para apenas nos referirmos a esse continente.

Num mundo marcado profundamente pelo primado da razão, os políticos, e muitos intelectuais, tendem a desconsiderar o imaginário e os mitos dele decorrentes como um elemento constitutivo da teoria e da prática do poder. Quando pronunciam o vocábulo “mito” é para denunciar um partido político ou um regime político, destacando um aspecto “arcaico” ou “reacionário” de seu programa.<sup>4</sup>

Muito embora essas afirmações possam ser verdadeiras, tornou-se lugar comum associar, atualmente, a imaginação e a política. Com frequência as associações políticas, assim como os partidos políticos, arvoram-se a condição de possuidores de imaginação política e denunciam a mediocridade de seus rivais, justamente por carecerem desse predicado. Os meios de comunicação popularizaram esse termo e costumam atribuir aos atores políticos, notadamente aos líderes, características como competência, habilidade, vontade, os quais acrescidos à imaginação política e social, dariam aos políticos, com esse somatório de qualificações positivas, um lugar ímpar no espaço onde se desenrola o enredo da política.

Contudo, se livrarmos o imaginário desses percalços, fundamentalmente, se o libertamos da camisa-de-força da razão, podemos, juntamente

---

3. Giradert, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

4. Resler, A. *Mythes politiques modernes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1981

com Gilbert Durand, reconhecer que o imaginário é o conjunto das imagens e das relações que constitui o capital pensado do *homo sapiens*. Durand ensina que a imaginação é um dos modos pelos quais a consciência apreende o mundo e o elabora, sendo que ela dispõe de diferentes graus da imagem à disposição.<sup>5</sup> O universo dos símbolos, dos signos, dos mitos, dos ícones, das metáforas constitui o capital acumulado pelos homens desde o momento em que deixam a natureza e partem para a aventura da criação e construção da cultura.

Em todo o chamado mundo ocidental, os últimos séculos assistiram a inúmeras manifestações de natureza mitológica, que estiveram sempre imbricadas nas perturbações de caráter político.

Existe, na verdade, uma “efervescência mitológica”, que aparece na denúncia de uma conspiração maléfica tendendo a submeter os povos à dominação de forças obscuras e perversas. Imagens de uma Idade de Ouro da qual convém redescobrir a felicidade ou de uma Revolução redentora que permite à humanidade entrar na fase final de sua história e assegura para sempre o reino da justiça. Apelo ao chefe salvador, restaurador da ordem ou conquistador de uma nova grandeza coletiva.<sup>6</sup>

Esses temas podem estar claramente manifestos em alguns acontecimentos, ou então deslocados nas sombras. Quando se apresenta de um modo mais imediato ou abrupto, o mito se impõe quase que em sua autonomia, constituindo ele mesmo um sistema de crença coerente e completo. Tudo indica, que essas eram as características com que os mitos elaborados pelos governos militares dos regimes autoritários sul-americanos, emergem no decorrer dos fatos que levaram à derrocada da ordem democrática nesses países, como decorrência dos golpes militares que assolaram a América do Sul, mormente, pelas trágicas situações vividas pela Argentina, pelo Brasil e pelo Chile. A violência seguida por esses acontecimentos parecem adquirir uma legitimidade e uma lógica dadas pela sua simples afirmação e livre desenvolvimento

Estávamos diante dum espaço geográfico e humano transformado no *locus* da violência, seguida pelo terror. Época de sombras, que cobriu de trevas parcelas significativas dessas realidades, que propugnavam a construção de sociedades mais justas e igualitárias. Parecia estar-se diante de

---

5. Durand, G. *A imaginação simbólica*. São Paulo, EDUSP/CULTRIX, 1988.

6. R. Girardet. *Op. cit.* pág. 11.

situações em que as luzes que acompanharam as mais antigas tradições da humanidade, seus mitos, seus heróis, suas lendas, necessariamente tinham que comportar o seu lado sombrio, lembrando que esses elementos – mitos e lendas heróicas – se falavam de atos gloriosos, enchendo de esperanças os homens, falavam sobretudo da morte e do ato de matar.

Na verdade, a política sempre foi possuidora de uma dupla face: uma visível, perceptível por todos que aceitam as suas regras, as suas normas, os seus valores, a sua legitimidade; mas temos a outra face, a que fica na sombra, onde são urdidadas as tramas em que grupos usam de expedientes diversos para se manterem no poder, passando por cima de regras, normas, valores, resvalando para o terreno da ilegitimidade, caindo na prática de ações violentas. Hoje sabemos que a política é, em parte, um palco de ilusões.

Com isso, podemos afirmar que o lado claro da política comporta, igualmente, em latência, a violência. Para recorrermos à definição clássica de Max Weber, a consubstanciação do poder político é dada pelo exercício legítimo da violência. O exercício da política está vinculado a quem faz política, e quem faz política objetiva o poder. O poder político é definido pela capacidade real de impor a própria vontade sobre os demais. A política é a luta por estar em posição de exercer essa capacidade. Mas, além da busca do poder, a política comporta, também, uma outra definição: ela é também o intento de realizar o bem comum, entendendo-se este como um valor. Entre o poder e o valor se move a ação política. Sua relação é paradoxal, porque a busca do poder para si é incompatível com o bem comum. Uma parte significativa da literatura sobre o poder enfatiza que este corrompe a quem o sustenta. A busca do valor implica a crítica e a dissolução do poder existente, para afirmar o “outro” do poder. Quando o impugnador do sistema de poder adquire capacidade de impor a sua vontade sobre os demais, acaba por ocupar o lugar do antigo dominador e se corrompe por sua vez. A resolução dessa equação que opõe poder e valor tem sido discutida até os dias de hoje, parecendo estar longe de ser resolvida.

A despeito dessas considerações, voltemos a Max Weber para quem “o agir político refere-se sobretudo aos interesses da divisão do poder, da manutenção do poder e da conquista do poder.”<sup>7</sup> Quando esses elementos são acionados – não importando aqui se se trata de uma formação democrática ou autoritária – busca-se sempre uma relação de lealdade com os

---

7. Ver WEBER, Max. *Ciência e política. Duas vocações*. São Paulo, Cultrix, s.d.

governados ou eleitores. Aquele que mantém o poder busca “proteger” os governados, porquanto destes consegue sua legitimidade. Se essas relações de lealdade são seriamente lesadas, o resultado é uma mudança – ou através de eleições, ou através da perda da confiança. De qualquer modo, o efeito será sempre marcado pela violência de modo explícito ou implícito. Nesse fazer político está sempre presente, também, a imaginação, criando o imaginário social capaz de justificar, sancionar, validar os aspectos claros e sombrios da política.

Quando nos remetemos às organizações políticas da Antigüidade Clássica, parecemos estar sempre imbuídos do propósito de valorizar positivamente essas organizações. Aqueles que se debruçaram sobre a sociedades ocidentais, analisando as organizações políticas, desde a antigüidade clássica até a constituição do Estado moderno, foram levados, com certas ressalvas, a privilegiarem os aspectos positivos dessas realidades sócio-políticas. Tenderam garimpar nessas sociedades os valores gregos, e, também, os romanos, afirmando que entre eles a política era uma nova forma de pensar, de sentir e, sobretudo, de relacionamento entre as pessoas. Os cidadãos eram diferentes uns dos outros em riqueza, beleza e inteligência, mas eram iguais enquanto cidadãos, porque eram racionais e a única relação adequada entre seres racionais é a persuasão. Esta difere do comando, porque parte do princípio da igualdade entre orador e ouvinte. Dessa maneira, os gregos obedeciam livremente às leis da *pólis* e tinham orgulho disso. A sua identidade estava ligada à cidade onde viviam. O pior dos destinos era o exílio, uma forma de morte cívica por vezes imposta pela convenção do ostracismo a que eram votados os dirigentes atenienses cujo poder era considerado uma ameaça à constituição.

A república romana sempre foi exaltada como a sociedade onde os cidadãos carregavam como um substrato moral a convicção de que o bem da pátria devia preceder as preocupações privadas. Essa moral foi internalizada através de histórias, relatos, descrições, sempre exaltando a virtude como um dos elementos constitutivos da sociedade romana. Todavia, a despeito das preocupações com o caráter virtuoso dessa sociedade, os romanos alimentavam à exaustão as rivalidades, conflitos, possibilitando a existência de um espaço propício para o aflorar da violência.<sup>8</sup>

---

8. Sobre Grécia e Roma ver: MINOGUE, Kenneth. *Politics: A very short introduction*. Oxford, Oxford University Press, 1995.

O que se pode afirmar é que, muito embora essas sociedades – grega e romana – tenham vivenciado momentos de relativa calma, conheceram, também, episódios de extrema violência. Em muitos momentos de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, grupos e pessoas sofreram danos em graus variáveis, “seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.”<sup>9</sup> O poder enreda os homens de modo a estabelecer os liames sociais que incidem sobre o imaginário e as emoções.

A despeito desses aspectos negativos, a política, na maioria das vezes, foi vislumbrada como portadora de ideais luminosos. Essa modalidade de pensar a atividade política sempre preconizou a existência de uma relação baseada na ética e na moral. Aqueles que, nesses tempos, teorizaram sobre a política, estiveram preocupados em alcançar uma forma de governo que pudesse possibilitar aos homens a criação de uma organização política, objetivando a consecução do “bom governo”. Essa organização deveria tornar possível o aparecimento de uma sociedade formada por homens imbuídos de virtude. A política até então esteve sempre acompanhada de preceitos éticos, morais e até teológicos, em algumas situações.

A partir do século XVI, com o pensamento de Maquiavel, e com o aparecimento de uma sociedade em que o individualismo já se fazia sentir, e onde a heterogeneidade social já principiava a desmontar o mundo baseado em privilégios sociais, políticos e econômicos, somos levados a notar que a vida, no palco da política, foi formada, por enredos sinistros e melodramáticos. Apostar a vida no jogo da política permaneceu uma opção com risco de morte, ao menos para os governantes, até o início do século XVIII; mas, a bem da verdade, nem sempre atenuada nos séculos posteriores. Sabe-se que o melodrama da revolução renovou, para muitos, o risco de morte e prisão. Com o pensamento de Maquiavel, a política adquire uma autonomia porque privilegia a reflexão laica, não-religiosa, e, também, porque existe a recusa em abordar a questão do poder a partir da ética cristã.

Na verdade, as organizações sócio-políticas das sociedades mencionadas: a grega, a romana e alguns aspectos das formações sociais medievais, efetivamente carregam elementos que nos enchem de admiração, contudo se nos preocuparmos em entender os mitos, as fábulas e as narrativas, as

---

9. MICHAUD, Yves. *Violence et politique*. Paris, Gallimard, 1978, pág. 20.

lendas, os heróis e seus feitos, enfim a sua cosmologia simbólica, iremos nos deparar com componentes desse universo imagético que transitam, no cosmo da política, das luzes para as sombras: as guerras, a brutalidade, o ódio e aniquilação de inimigos apontam sempre para o componente violento dessas atividades. Enzensberg nota que a violência dirigida para uma pessoa, um grupo de indivíduos ou uma sociedade, provavelmente não é uma exceção mas regra, levando o homem a exterminar o que odeia. Quem representa esse papel é o rival no próprio território. “Há uma correlação não esclarecida entre o ódio ao próximo e o ódio ao desconhecido. O outro desprezado é originalmente o vizinho. Apenas com a formação de coletividades maiores declara-se como inimigo o desconhecido além da fronteira.”<sup>10</sup>

Nas dimensões deste trabalho, não teremos espaço para nos alongarmos na trajetória complexa da teoria e da prática da política, desde a constituição das sociedades humanas. Queremos, contudo, voltar nossa atenção para as sociedades latino-americanas, mencionadas anteriormente, nas quais suas ordens institucionais foram desmontadas através de golpes de estado, em que a violência – seguida e aliada ao terror – destruiu as vidas, os corações, os sonhos e as mentes daqueles que propugnaram por transformações sociais, pelas quais as injustiças pudessem ser, se não totalmente eliminadas, pelo menos amenizadas.

Assim sendo, vamos abordar alguns aspectos do imaginário político construído, pelos militares brasileiros, depois do golpe de 1964. Contudo, é preciso enfatizar que muitos desses aspectos estiveram, guardadas as especificidades da realidade latino-americana, presentes nos acontecimentos vivenciados pela sociedade argentina, pela uruguaia, pela chilena, para focar apenas esses exemplos da geografia da violência que campeou por este continente.

Os agentes do golpe, no Brasil, sempre afirmaram que estavam travando uma batalha revolucionária, com o objetivo de construir uma nova ordem. Assim a revolução, tinha que comportar uma ação seguida de uma trajetória transformadora assumindo um caráter de redenção e, o que era mais fundamental, construir sua legitimidade. No caso, tratava-se de saber quando, e em consequência de qual processo, um poder nascido da violência contra uma ordem legítima “vê-se inocentado de sua tara

---

10. ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Op. Cit.*, pág. 10.



original, adquire a plenitude de uma nova legalidade”. Na construção de uma nova ordem, uma polifonia de símbolos, signos, metáforas, alegorias, representações que, muito embora se apresentem como uma configuração caótica, têm a faculdade de possibilitar a compreensão dos mecanismos organizadores dessa esfera da sociedade que gira no cosmos do poder, do mando, da autoridade, da obediência: a esfera da política.<sup>11</sup>

Embora estejamos vivendo num mundo dominado pelas construções racionais, continuamos envolvidos por relatos, apelos, anúncios proféticos que não deixam entrever, aparentemente, nenhuma racionalidade, mas que permanecem marcando profundamente nossa cultura política. Parece evidente que as perturbações políticas que agitaram a realidade brasileira, ao longo de sua história, foram acompanhadas de uma notável efervescência mitológica. No momento das crises busca-se identificar o inimigo contra o qual lutar. À conspiração maléfica e desagregadora das forças inimigas antepõe-se uma outra conspiração carregada de sinais positivos que invalidam as ações traiçoeiras e repõem valores considerados fundantes da sociedade. No combate a essas forças “obscuras e perversas” o recurso à violência torna-se justificável. As dramáticas rupturas institucionais, ocorridas no decorrer do embate, são transfiguradas como uma revolução redentora que permite à sociedade entrar numa outra etapa de sua história, assegurando a consecução do “reino da Justiça”, ao repor os elementos basilares constitutivos da ordem: a hierarquia, a disciplina, a autoridade.

O imaginário político, carregado dessa conotação militar, veio sendo elaborado e plasmado pelos acontecimentos que marcaram a trajetória histórica da sociedade brasileira. Ele se mostra em toda sua vitalidade no período conturbado da presidência janguista. A crise econômica ciclotímica irrompida desde o suicídio de Getúlio Vargas está, no início dos anos 60, em plena efervescência com civis e militares conspirando em busca de uma saída urgente à situação que interpretam como sendo caótica. Contudo, quando os grupos de oposição ao governo janguista mencionam o termo conspiração, buscam justificar que ela se faz necessária, como se fosse uma contra conspiração, diante da conspiração maior: a conspiração comunista. O comunismo, e os seus seguidores, é o inimigo a ser derrotado,

---

11. Sobre o imaginário militar do golpe de 1964 ver: SINTONI, Evaldo. *Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Cultura Acadêmica Editora, 1999.

e quem tem as condições materiais e morais para a realização de tarefa de tal magnitude são as Forças Armadas, ou, como querem os formuladores da doutrina militar – o Povo em Armas. Qualquer intervenção no combate ao inimigo não pode ser vista como o desenrolar de uma simples batalha, mas como um processo revolucionário: é a transfiguração do golpe em Revolução Salvacionista que levará a sociedade a atingir a “idade de ouro”, daí a característica messiânica dessa intervenção. Em cada conflito social – guerra, revolta, revolução – fica difícil separar os agentes e seus atos das “idéias-imagens” que fazem de si mesmos e dos seus adversários, quer sejam de classe, de religião, de raça, ou de nacionalidade. Os agentes sociais que se envolvem nos movimentos revolucionários sempre imaginam resultados para si e para os seus adversários que raramente se concretizam; muitas vezes, após a ação a que se lançam mostram-se freqüentemente aturdidos e surpresos com o resultado alcançado.

Mas as revoluções são feitas de um material que compõe também o imaginário político, isto é, os sonhos. O futuro abre um campo vasto para as frutificações dos sonhos. As imagens, glorificadoras ou desabonadoras, dos acontecimentos e das forças em combate “combinam-se com os conflitos e as estratégias, clarificando-os ou ocultando-os por vezes. As realidades e as experiências revolucionárias são freqüentemente inseparáveis do modo mitológico segundo o qual elas são vividas”.<sup>12</sup>

Nos momentos da substituição de uma ordem por outra, o novo poder que se instala busca promover novos valores, ou recuperar os que foram conspurcados pelo inimigo, no sentido de “transformar as almas”, ligando-os à ordem política social que irá ser instalada. Todo um sistema de “idéias-imagens” é criado no sentido de, ao mesmo tempo, impregnar a vida pública e formar o quadro da vida cotidiana de todos os cidadãos.

Quando da ascensão dos militares ao poder, no cenário da vida política brasileira, será introduzido e revigorado todo um calendário de festas cívicas. Paradas militares, pronunciamentos, ordens do dia, posteriormente divulgadas pela imprensa, tornam-se corriqueiras no aniversário da Revolução. Personagens que no passado foram considerados heróis da nacionalidade são “ressuscitados” e suas biografias atualizadas e divulgadas. Como exemplo, temos o nosso primeiro Imperador, denominado o Pai da Independência, cujos ossos são chochoalhados de Norte ao Sul do país,

---

12. BACZKO, B. *Les imaginaires sociaux. Mémoires et spoirs collectifs*. Paris, Payot, 1984, pág. 18.

objetivando despertar o vigor do sentimento cívico da população. Músicas enaltecendo o amor à Pátria são compostas e o ensino de problemas que afetam a realidade nacional são impostos aos currículos escolares, obedecendo à ótica dos vencedores.

Ao que tudo indica, um dos objetivos perseguidos por essas comemorações é o de concretizar em imagens e tornar viva a utopia revolucionária: a promessa de um país desenvolvido, rico, onde todos desfrutarão de uma vida saudável e com abundância de recursos. Um país onde todos são lembrados de que a autoridade, a hierarquia, principais sustentáculos da ordem, estão sendo repostas e que todos estão em segurança, pois as Forças Armadas velam diuturnamente por todos, sem distinção de classe, credo ou raça. A linguagem simbólica busca ser eficaz ao apresentar a imagem de que nesta sociedade harmoniosa finalmente realizou-se o triunfo sonhado da Liberdade e da Virtude, da Igualdade perante a Lei e a nação, e, sobretudo, a concretização do sonho de Fraternidade e Felicidade.

Entretanto, para ser materializada, essa “nova sociedade” precisa entender e internalizar a idéia de que o período revolucionário comporta um conjunto de ações violentas e constrangedoras. As ações detonadas para a destruição do inimigo são necessárias; esse ato é visto como um ato purificador, uma vez que era preciso retomar o vigor dos verdadeiros valores vivificadores da sociedade. A imagem paranóica de uma sociedade contaminada transmite a sensação de que as forças militares tinham uma atitude hipocondríaca, com acentuada preocupação com a saúde da sociedade, que beirava as raias da loucura. As prisões arbitrárias, as cassações, os inquéritos policiais militares, a tortura, a censura, o desaparecimento de pessoas, são manifestações de um processo violento de destruição de pessoas e instituições, possível de ser conhecido em sua materialidade, esta, como reconhecem os especialistas, ainda mal estudada. O que podemos afirmar com certeza é que o medo se instalou sobre a sociedade como garantia das arbitrariedades violentas perpetradas pelos militares.

Atualmente estamos vivendo um período de reorganização democrática dessas sociedades. Para que as luzes da política as iluminem é preciso termos presente que as crises das instituições políticas, econômicas e sociais na democracia, não podem e não devem ser resolvidas por meios extra-democráticos. Os problemas que surgirem devem e podem ser resolvidos por meios políticos, apoiados por uma nova e dinâmica concepção de legitimidade do poder político, uma legitimidade que comporta mecanismos de manter a segurança da sociedade, mas uma segurança democrática, uma vez que a democracia é a fonte legítima da segurança.